

Apresentação.....	xv
Prefácio.....	xvii
Introdução.....	1
Capítulo I – Recurso Especial e Extraordinário – uma Necessária Introdução	3
1. Alguns elementos do sistema recursal brasileiro e o regime jurídico aplicável aos recursos especial e extraordinário.....	4
1.1. Conceito e fundamentos dos recursos.....	4
1.2. Classificação dos recursos: ordinários e extraordinários.....	7
1.3. Efeitos dos recursos.....	8
1.3.1. Efeito devolutivo.....	8
1.3.2. Efeito suspensivo.....	10
2. Demais contornos dos recursos extraordinários.....	12
2.1. Recurso Extraordinário no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro.....	13
2.2. Recurso Extraordinário no sistema recursal do Supremo Tribunal Federal: função e delineamentos gerais.....	16
2.3. Recurso Especial e o sistema de controle da legalidade das decisões dos Tribunais locais.....	18
Capítulo II – Pressupostos Ordinários de Admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário	23
1. A distinção entre os pressupostos ordinários, constitucionais e específicos dos recursos especial e extraordinário.....	23
2. Os pressupostos ordinários dos recursos especial e extraordinário.....	24
2.1. Pressupostos intrínsecos.....	24
2.1.1. Legitimação para recorrer.....	24
2.1.2. O interesse em recorrer.....	25
2.2. Pressupostos extrínsecos.....	27
2.2.1. A regularidade procedimental.....	27
2.2.2. A tempestividade.....	27
2.2.3. O preparo.....	32

Capítulo III – Os Pressupostos Constitucionais de Admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário	35
1. Existência de uma causa.....	35
2. Decisão recorrida proveniente de Tribunal e Súmula 203 do STJ.....	36
3. Decisão proferida em única ou última instância e Súmulas 207 do STJ e 281 do STF.....	38
3.1. Cisão da decisão – vigência da Súmula 355 do STF no âmbito criminal.....	39
3.2. Inviabilidade da oposição de embargos infringentes pelo Ministério Público.....	40
3.3. Interposição simultânea de Recurso Extraordinário e Especial.....	41
4. Existência de questão federal infraconstitucional a ser dirimida.....	41
4.1. A contrariedade e a negativa de vigência à Lei Federal: art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal.....	42
4.1.1. Significado e abrangência do termo “lei federal”.....	42
4.1.2. significado de “contrariedade” e “negativa de vigência”.....	43
4.1.3. Indicação do texto legal violado e demonstração de como se procedeu a violação.....	46
4.1.4. Tratado Internacional e a Emenda Constitucional nº 45.....	50
4.2. A divergência entre o julgado recorrido e a decisão de outro tribunal: art. 105, III, alínea “c”, da Constituição Federal.....	56
4.2.1. Divergência entre o julgado recorrido e a decisão de outro tribunal e a Súmula 13 do Superior Tribunal de Justiça.....	58
4.2.2. Cotejo analítico: identidade jurídica e semelhança fática e RISTJ.....	59
4.2.3. Comprovação do dissídio jurisprudencial.....	61
5. Existência de questão constitucional a ser dirimida.....	62
5.1. Existência de questão constitucional nas decisões de segunda instância que declaram a inconstitucionalidade ou infirmam a constitucionalidade de norma federal.....	63
5.1.1. A suscitação do incidente de inconstitucionalidade (art. 97 da Constituição Federal) e Súmula 513 do STF.....	64
5.1.2. Indicação do texto constitucional violado e demonstração de como se deu a violação.....	67
5.2. A contrariedade de dispositivo da Constituição Federal: art. 102, III, alínea “a”, da Constituição Federal.....	69
5.2.1. Necessidade de contrariedade direta à norma constitucional e Súmula 636 do STF.....	70
5.2.2. Cabimento do Recurso Extraordinário quando a norma infraconstitucional é repetição da norma constitucional.....	75
5.2.3. Inaplicabilidade da Súmula 400 do STF.....	77

5.3. A declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal: art. 102, III, alínea “b”, da Constituição Federal	78
5.3.1. Princípio da presunção da constitucionalidade das leis como condicionante da interpretação constitucional realizada no Recurso Extraordinário fundado na alínea “b”	79
5.3.2. Competência para o julgamento de recurso excepcional interposto com base em lei anterior à Constituição com ela incompatível.....	80
5.4. Os mecanismos de interpretação constitucional	82
5.4.1. A interpretação conforme e a declaração de nulidade sem redução de texto.....	84
5.4.2. A filtragem constitucional.....	88
6. Permissivos constitucionais inaplicáveis na seara criminal: a irrelevância do art. 105, III, alínea “b”, e art. 102, III, alíneas “c” e “d”, da Constituição Federal.....	91
Capítulo IV – Pressupostos Específicos de Admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário	95
1. Pressupostos específicos de admissibilidade comuns aos Recursos Especial e Extraordinário	97
1.1. Necessidade de prequestionamento do tema objeto do recurso especial ou extraordinário	97
1.1.1. As diversas concepções do prequestionamento e a aceção adotada (e sua limitação de ordem prática).....	99
1.1.2. Embargos de declaração não inovam tema a título de prequestionamento.....	104
1.1.3. Recurso contra decisão que a despeito de declaratórios não aborda questão que foi ventilada	108
1.1.4. Violação de norma que surge originariamente no acórdão recorrido e desnecessidade dos embargos – posição contrária da jurisprudência	119
1.1.5. Prequestionamento e nulidade absoluta	121
1.1.6. Da viabilidade do prequestionamento implícito.....	127
1.1.7. Prequestionamento, questão prejudicial e de mérito	130
1.1.8. Necessidade de prequestionamento para os recursos especiais fundados tanto na alínea “a” quanto na alínea “c”	132
1.1.9. Embargos de Declaração, caráter protelatório e Súmula 98 ..	133
1.1.10. Prequestionamento, voto vencido e Súmula 320.....	135
1.2. Inadmissibilidade para reexame de prova e Súmulas 7 do STJ e 279 do STF: a questão de fato e a questão de direito.....	136
1.2.1. Questão de fato e questão de direito: distinções.....	137

1.3.	Inadmissibilidade quando a decisão atacada não mudar seu dispositivo, mesmo com provimento do Resp ou RE.....	144
1.3.1.	Inadmissibilidade do recurso especial quando há necessidade simultânea de Recurso Extraordinário não sendo esse interposto e vice-versa – Súmulas 126 do Superior Tribunal de Justiça e 283 do Supremo Tribunal Federal	144
1.3.2.	Inadmissibilidade de recurso excepcional (isoladamente considerado) quando há fundamento não atacado	146
1.4.	Inadmissibilidade quando houver deficiência na fundamentação do recurso e Súmula 284 do STF	149
1.5.	Admissibilidade de ambos os recursos quando interposição se der através do sistema do “protocolo integrado” e revogação da Súmula 256 do STJ	150
1.6.	Cabimento dos recursos excepcionais contra acórdão proferido em julgamento de agravo na execução penal.....	152
1.7.	Interposição restrita pelo assistente de acusação e Súmulas 208 e 210 do Supremo Tribunal Federal	153
1.7.1.	Restrições para a interposição de recursos ordinários.....	153
1.7.2.	Restrições para a interposição de recursos excepcionais.....	155
1.8.	Viabilidade em caso de contrariedade/negativa de vigência de princípio jurídico.....	156
2.	Pressupostos específicos de admissibilidade exclusivos do REsp.....	161
2.1.	Absoluta exigência de procuração nos autos para a interposição e Súmula 115.....	161
2.2.	Inadmissibilidade contra decisão de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais e Súmula 203 do STJ	162
2.3.	Improvemento quando tese do recurso é contrária a entendimento consolidado do tema e Súmulas 83 do STJ e 286 do STF	164
3.	Pressupostos específicos de admissibilidade exclusivos do Recurso Extraordinário	165
3.1.	Cabimento contra decisão de Turma Recursal de Juizado Especial Criminal e Súmulas 640 e 690 do STF	165
3.2.	Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão que julga recurso especial	168
3.2.1.	Cabimento contra decisão do STJ que não conhece de especial e o posicionamento jurisprudencial sobre o tema	168
3.2.2.	Cabimento contra decisão do STJ da qual emana, originariamente questão constitucional	170
3.3.	Necessidade da demonstração da “Repercussão Geral” para o conhecimento do Recurso Extraordinário.....	172
3.3.1.	Fundamento jurídico e legislação comparada	172

3.3.2. Contornos do instituto no Brasil	174
3.3.3. Necessidade de demonstração da repercussão	176
3.3.4. Possibilidade de admissão de terceiros interessados.....	177
3.3.5. Decisão denegatória de existência da repercussão geral pelo plenário.....	179
3.3.6. Cabimento de agravo contra decisão denegatória de existência da repercussão geral.....	179
3.3.7. Multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia.....	180
3.3.8. Vigência da lei e exigibilidade da respectiva demonstração ..	182

Capítulo V – Procedimento e Julgamento dos Recursos Excepcionais.....

1. Previsão procedimental através da Lei 8.038/1990.....	185
1.1. Interposição, requisitos essenciais e tempestividade.....	185
1.2. Contrarrazões e nulidade da sua ausência por parte do acusado.....	186
1.3. Juízo de admissibilidade no Tribunal a quo, remessa do recurso e Súmula 123 do STJ.....	187
1.3.1. Admissão parcial na origem e conhecimento total na Corte Superior (Súmulas 528 e 292 do STF).....	189
1.4. Ordem de julgamento do recurso especial e extraordinário interpostos simultaneamente	190
1.5. Denegação na origem, agravo de instrumento e Súmulas 288, 639 e 727 do Supremo Tribunal Federal.....	192
1.5.1. Prazo de cinco dias para interposição do agravo de instrumento na esfera criminal.....	192
1.5.2. Documentos que devem instruir os agravos e Súmulas 223 do STJ e 288 e 639 do STF.....	194
1.5.3. Tema do agravo de instrumento e Súmulas 182 do Superior Tribunal de Justiça e 287 do Supremo Tribunal Federal	196
1.5.4. Provimento do agravo e julgamento (desde logo) do recurso especial	197
1.6. Denegação do agravo de instrumento, agravo regimental e Súmula 281 do STF	198
1.6.1. Tema do agravo regimental e Súmula 182 do STJ.....	199
1.7. Denegação monocrática dos recursos excepcionais e arts. 38 da Lei 8.038/1990 e 557, § 1º, do CPC.....	201
1.7.1. Constitucionalidade da concentração de poderes do relator ..	202
1.7.2. Aplicabilidade do art. 557, § 1º, do CPC no âmbito processual penal.....	204
1.8. Procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ.....	205

1.9. Não cabimento de embargos de declaração contra decisão monocrática que denega seguimento a Recurso Especial ou Extraordinário – no Tribunal de origem ou nos Tribunais Superiores.....	207
1.10. Efeitos da decisão do Recurso Especial ou Extraordinário	208
1.10.1. Declaração de inconstitucionalidade em sede de recurso extraordinário e (necessidade da) comunicação ao Senado Federal	209
2. Interposição de recurso excepcional e possibilidade de concessão de efeito suspensivo à decisão recorrida: o novo entendimento do STF	211
2.1. Mitigação da Súmula 267 pelo Supremo Tribunal Federal.....	212
2.2. Suspensão dos efeitos da decisão do Tribunal a quo através da interposição dos embargos de declaração	212
2.3. Os parâmetros tradicionais para a concessão de efeito suspensivo em recursos extraordinários.....	213
2.4. Súmula 267 e inaplicabilidade quanto à condenações a penas restritivas de direitos.....	214
2.5. Efeito suspensivo mesmo em casos que encontrariam óbice na Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal	215
2.6. Efeito suspensivo em casos de condenação à pena privativa de liberdade – para crimes hediondos ou não.....	217
2.7. Constitucionalidade da concessão de efeito suspensivo e posicionamento do Supremo Tribunal Federal após o julgamento do HC 84078	218
2.8. Contracautela no efeito suspensivo.....	223
Referências Bibliográficas	225